



# INFORMATIVO POLÍCIA PENAL

## Edição Especial Balanço de Gestão

### Gestão 2020/2023: Uma luta que começou antes mesmo da posse

A caminhada do grupo que formou a nova diretoria do Sindppen-Ce começou bem antes de tomarem posse à frente do sindicato, uma trajetória de lutas e resultados.

Para resgatar a valorização da categoria de policiais penais do estado do Ceará, a nova gestão do Sindicato dos Policiais Penais e Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (Sindppen-Ce) passou a se organizar antes mesmo do processo de eleição do sindicato.

O grupo surgiu em 2014 quando os, ainda, agentes penitenciários, ficaram fora das metas da segurança pública. As mobilizações geraram mudanças significativas no

sistema penitenciário, mostrando a precariedade no trabalho, devido à inércia da antiga gestão do sindicato que, até então, não havia conquistado nada para a categoria. O último reajuste salarial conquistado por uma entidade sindical, aconteceu em 2012, na gestão de Socorro Marques.

Nesse meio tempo, a categoria ficou de fora da valorização da segurança pública e houve o sucateamento do sistema penitenciário do Ceará, com um déficit

orçamentário de 25%. Diante disso, e com uma gestão sindical inerte na época, o grupo então foi a luta e com o apoio da categoria conseguiu realizar mudanças significativas dentro do Sistema Penitenciário do Estado, fazendo com que o Governo Estadual investisse, trazendo melhorias para o sistema.

Em meados de 2014/2015, os que hoje são da diretoria do Sindppen-Ce elaboraram e apresentaram o projeto do **Fundo Penitenciário Estadual**, o qual rendeu homenagem na Assembleia Legislativa do Ceará e o reconhecimento do Governo do Estado, rendendo elogio publicado no Diário Oficial do Estado (DOE). O grupo também foi responsável direto pela elaboração e apresentação de um projeto de lei que trata do abono especial por reforço operacional, mais conhecido como a "lei do Bico" ou "lei da Extra".



# PROJETO DO FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL

Em 2014, o Governo do Estado disponibilizou para o orçamento do sistema penitenciário do Ceará, cerca de R\$ 378 milhões. Em 2015, esse mesmo orçamento diminuiu, somando R\$ 346 milhões. Uma solução dada pelo grupo, na época, foi a criação do **Fundo Penitenciário Estadual** e o aumento orçamentário da pasta, contudo, o orçamento do ano de

2016 baixou expressivamente, chegando ao valor de R\$ 318 milhões.

Diante disso, a turma que hoje forma a diretoria do Sindppen-Ce realizou várias denúncias, através da imprensa e promoveu manifestações contra o orçamento e o sucateamento do sistema, para que houvesse um real investimento e que houvesse o combate ao domínio das facções criminosas dentro

dos presídios. Em 2017, o valor do investimento foi para R\$ 426 milhões, somando mais os R\$ 52 milhões do **Fundo Penitenciário Estadual**. O grupo também participou diretamente das negociações com o Governo pela luta da Gratificação de Atividades Especiais e de Risco (GAER) que de 60% passou para 100%, juntamente com o apoio da categoria.

## INVESTIMENTO ESTADUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO



## SAIBA MAIS:

Os recursos do **Fundo Penitenciário** proporcionaram o aparelhamento, reaparelhamento, contratação de serviços, construção, reforma e ampliação, aquisição de materiais, tanto permanentes como para processamento de dados, bem como cobertura de demais despesas para apoiar a execução de projetos, capacitação e incremento de atividades que envolvam servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), sendo também destinado a financiar e apoiar as atividades e programas educacionais, profissionalizantes, de inclusão social e de empreendedorismo aos presos e egressos do Sistema Penitenciário.

## PROJETO DA “LEI DA EXTRA”

Além do projeto do **Fundo Penitenciário Estadual**, essa nova gestão foi responsável pelo projeto da “lei do Bico” ou “lei da Extra”, um projeto

de lei que trata do abono especial por reforço operacional aos agentes penitenciários, agora policiais penais do Estado que, desde 2006 a segurança pública já recebia e a

categoria estava fora. Na prática, a lei permitiu remunerar os, então, agentes penitenciários que prestam serviço ao Estado fora do horário normal de trabalho.





As mobilizações naquele período, mostraram para o Governo a importância de aumentar o orçamento, investir em estrutura e aumentar o efetivo, e para evitar que o Governo do Estado contratasse 1000 agentes penitenciários temporários que

geraria o início de uma terceirização, a Comissão de Negociação na época formada por parte da nova gestão do sindicato, solicitou que o Governo utilizasse da Lei do Reforço Operacional, inclusive aumentando o efetivo de 50% para 75% dos ser-

vidores de folga fazerem as extras, sendo inclusive aceita mediante a Lei nº 16.120/2016 justamente para suprir a falta de efetivo até que pudesse, então, ser realizado um **concurso público** que, no caso, ocorreu em 2017.



## ANO DE CONQUISTAS E DE DIFICULDADES

**A**pós a posse em 2020, o primeiro ano da nova gestão foi o reflexo de como toda a trajetória dessa turma não passou despercebida com uma paralisação da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE) e em plena pandemia que gerou atrasos nas negociações, a diretoria não sossegou e insistiu na realização das reuniões com o Governo Estadual. “Quando assumimos a diretoria, em janeiro de 2020, buscamos de imediato a resolução de tudo o que estava pendente em vários anos da antiga gestão, começamos uma

nova negociação, homologamos o estágio probatório que, desde 2014 não havia sido homologado e a ascensão Funcional de 2018 estava atrasada, nós conseguimos que fosse publicada e paga”. Ressalta Joélia Silveira, presidente do Sindppen-Ce.

Dos 14 meses de gestão 2020/2023, doze deles foram lutando contra a pandemia de Covid-19 e tudo que isso resultou para os servidores. Muitos Decretos e Leis Estaduais e Federais foram publicados, houve congelamento de repasse financeiro e antes que isso afetasse ainda mais a categoria,

a direção sindical se mobilizou para que o reajuste e os demais direitos dos policiais penais fossem garantidos.

Essa gestão já conseguiu a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional que cria a Polícia Penal no âmbito estadual, a publicação da Ascensão Funcional 2018 que foi publicada e paga, a publicação da Ascensão Funcional 2020 que serão pagas em abril deste ano, a Homologação do Estágio Probatório e o Projeto dos Desvios de Função que foi aprovado na Assembleia Legislativa.



## E MAIS:

A aprovação da Lei nº 17.388/2021, que garante o reajuste, chegando a ampliar em 24% o reajuste salarial em 2022, graças as mobilizações da nova gestão, beneficiando mais de 3.600 policiais penais no Estado.

## É SÓ O COMEÇO

Essa gestão está no seu primeiro ano e já soma muitas conquistas para a categoria, conquistas essas que são motivos de lutas e mobilizações que duraram alguns anos e que a nova gestão não descansou para que fossem realizadas, sem perder tempo.

“Por mais que tenhamos conquistados todas essas questões, continuamos solucionando as demandas diretas da categoria e lutando para que haja uma real valorização dos policiais penais

Ficou estabelecido, ainda, um auxílio-alimentação no valor de R\$ 259,57, a ser pago mensalmente e de forma linear aos policiais penais. Com a alimentação nas unidades prisionais permanecendo mantida. São lutas de quase duas décadas que essa gestão conseguiu em um ano de gestão.



que hoje trabalham com garra, mas com exaustão, porquê nas visitas nós vemos o quanto ainda falta melhorar dentro do sistema” declara a presidente do Sindppen-Ce, Joélia Silveira.

Ainda segundo a presidente, “por conta da questão da mudança de nomenclatura, agora estamos tentando agilizar as funcionais, nome no contracheque e cobrando da SAP os fardamentos.”

A direção continua empenhada nas conquistas para a categoria,

lutando pela regulamentação da carreira através da lei específica e sem esquecer das lutas diárias dos policiais penais dentro do sistema que sofrem com a desproporcionalidade da demanda diária de serviço para a quantidade de servidor, fragilizando assim segurança do servidor e da unidade. “O quantitativo de policiais penais utilizados para o serviço não é o suficiente, fazendo com que muitas vezes trabalhem isoladamente”, finaliza Silveira.

## AÇÕES DA GESTÃO

**1** A homologação do estágio probatório através de diálogo com o Governo Estadual. Vários servidores do concurso de 2011, que ingressaram em 2013 e 2014, ainda não tinham seus estágios probatórios homologados e, assim, o processo de ascensão funcional de 2018 estava atrasado.

**2** A ascensão funcional de 2018 que estava atrasada, e seu pagamento deveria ocorrer no ano passado. A diretoria sindical, mais uma vez, abriu negociação e os valores foram devidamente pagos.

**3** Projeto dos desvios de função: uma luta de décadas que, finalmente, a diretoria atual conseguiu com compromisso, seriedade e dedicação. O diálogo foi, além da Secretaria de Administração Penitenciária, o Governo do Estado e parlamentares, resolvendo, então, essa questão e sanando essa injustiça com esses servidores que dedicaram suas vidas ao sistema.

**4** Projeto de emenda que cria a Polícia Penal Estadual. Uma luta de décadas pela valorização profissional e reconhecimento da impor-

tância do trabalho realizado para a segurança pública do Estado, pelos profissionais de segurança penitenciária nas unidades prisionais.

**5** Reposição salarial e auxílio alimentação. Mesmo diante da pandemia do Covid-19 que causou uma instabilidade econômica e social, o sindicato buscou a negociação, conseguindo 24% de reposição, o auxílio alimentação integral e a mudança da nomenclatura para toda categoria.

